

DESIGUALDADE DE RENDA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO (2001-2015)

INCOME INEQUALITY IN BRAZILIAN LABOR MARKET (2001-2015)

Márcio Luiz Ribeiro¹

Flávio Braga de Almeida-Gabriel²

RESUMO

Neste artigo se analisou a desigualdade na distribuição de parcelas da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) no Brasil. Para isso foram considerados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do período de 2001 a 2015 e utilizou-se a técnica da decomposição do índice de Gini. Constatou-se que a desigualdade diminuiu no período analisado e que a maior parte da desigualdade de renda tem relação com o mercado de trabalho, sendo que o efeito-composição foi superior ao efeito-concentração. Além disso, percebeu-se que as parcelas da renda do trabalho em termos de RDPC total têm grande influência na desigualdade de renda se elas se tornarem mais progressivas ao longo do tempo.

Palavras-chave: distribuição de renda, renda do trabalho, medidas de desigualdade.

ABSTRACT

This paper analyzed the inequality in the distribution of household *per capita* income (RDPC) using Brazilian National Household Sample Survey (PNAD) data from the period 2001 to 2015. The Gini index decomposition technique was used. The inequality has declined in the analyzed period and much of income inequality has related to the labor market, with the composition effect being greater than the concentration effect. Labor income shares in the total RDPC have a major influence on income inequality if they become more progressive over time.

Keywords: income distribution, labor income, measures of inequality.

1. INTRODUÇÃO

Apesar da queda da desigualdade de renda no Brasil desde o início dos anos 2000 até 2015, o país ainda era um dos mais desiguais do mundo em termos de renda domiciliar *per capita* (RDPC). Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016), a posição brasileira foi a sétima pior entre os 112 países para os quais havia informações referentes ao ano de 2015. O índice de Gini do Brasil, a principal medida de desigualdade utilizada em vários países, foi de 0,515, menor apenas que o coeficiente de países como África do Sul, Colômbia, Haiti, Lesoto, Paraguai e Zâmbia.

A desigualdade de renda no Brasil teve tendência de queda do período de 2001 a 2014, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Também se constatou que a renda média cresceu 3,3% ao ano, sendo que a taxa de crescimento da renda

¹ Doutorando em Economia Aplicada (ESALQ/USP), economista e mestre em Economia (Unioeste). E-mail: marcioribeiro@usp.br

² Doutor em Economia Aplicada (ESALQ/USP), economista e mestre em Economia Regional (UEL). Professor adjunto do Colegiado em Economia da Unioeste. E-mail: flavio.gabriel@unioeste.br

média do 20.º percentil mais pobre foi 4,7 vezes maior que a taxa de crescimento da renda média do 20.º percentil mais rico (HOFFMANN, 2016; 2017).

A RDPC é composta por parcelas oriundas de várias fontes, sendo possível subdividi-las em dois grupos: as provenientes do trabalho e as não provenientes do trabalho. As do primeiro grupo têm como fonte a renda de: 1) empregados do setor privado (EMP); 2) militares ou funcionários públicos estatutários (PUB); 3) conta própria (AUT); e 4) empregadores (PAT). É importante destacar que a maior parcela da renda dos domicílios provém das rendas do trabalho. Assim, espera-se que o funcionamento do mercado de trabalho tenha grande relevância na composição da desigualdade de renda.

De acordo com o IBGE (2001-2015), o rendimento proveniente do trabalho é constituído pelos pagamentos brutos obtidos de todas as atividades das pessoas de 10 anos ou mais de idade. As parcelas do segundo grupo provêm de fontes como aposentadorias e pensões, transferências de programas sociais, aluguel, ativos e doações. A soma das parcelas da renda do trabalho e da renda não proveniente do trabalho constituem, portanto, a RDPC total.

Em geral, o mercado de trabalho revela desigualdade por meio da heterogeneidade de capital humano, que é traduzida em diferenciais de remuneração. A desigualdade também é gerada pela discriminação entre grupos demográficos e pela segmentação (BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007; JESUS, 2016).

A renda do trabalho é muito importante na composição da RDPC, particularmente na formação do índice de Gini. Entre 1981 e 2001, o rendimento do trabalho principal teve participação média de quase 80% no rendimento total. Entre 1995 e 2015, a participação somente da renda de empregados no setor privado foi de cerca de 40%, destacando-se entre o maior componente da RDPC e dos rendimentos do trabalho (FERREIRA, 2006; HOFFMANN, 2017).

Entre 1997 e 2004, mais de 60% das variações do índice de Gini se deu em função do rendimento de todos os trabalhos. No período de 2001 a 2012, a parcela de rendimentos dos empregados contribuiu com aproximadamente 45% das mudanças no índice de Gini e foi a mais relevante para a queda da desigualdade no período (FERREIRA, 2006; HOFFMANN, 2006a; 2014; 2017). Esses resultados sugerem que a renda do trabalho tem grande impacto na determinação da desigualdade de renda no Brasil.

Ao longo do período analisado neste artigo, 2001 a 2015, importantes modificações ocorreram na economia brasileira. Segundo o Banco Central (BCB, 2019), a variação do produto real foi de 2,86% ao ano, majoritariamente positiva até 2014. Nesse período, as pesquisas concluem que houve avanços nos anos de estudo da população, o que impactou positivamente o mercado de trabalho (MENEZES-FILHO; AMARAL, 2009; CURI; MENEZES-FILHO, 2009, 2014; SALVATO; FERREIRA; DUARTE, 2010; PEREIRA; VELOSO; BINGWEN, 2013; MENEZES-FILHO; OLIVEIRA, 2014; PECORA; MENEZES-FILHO, 2014; PINTO, 2017), e houve ainda redução da discriminação por cor e por sexo (ZYLBERSTAJN, 2015; VILELA et al., 2017; ARABAGE, 2018; RIBEIRO; MACHADO, 2018). Tais aspectos foram discutidos para analisar a evolução da desigualdade de renda no Brasil.

Almeida-Gabriel (2014) examinou exclusivamente a Região Norte do Brasil, e Hoffmann (2017) analisou o Brasil, porém, ambos investigaram períodos distintos do apresentado nesse estudo, em especial no que tange à análise da decomposição do índice de Gini pelo efeito-composição e efeito-concentração. Além disso, foi privilegiada a análise da desigualdade pela óptica do mercado de trabalho, o que distingue esse estudo dos demais realizados sobre o tema que utilizaram metodologia semelhante.

Diante do exposto, pode-se questionar “Como se comportou a desigualdade da distribuição das parcelas da RDPC provenientes do trabalho no Brasil entre 2001 e 2015?”. Assim

sendo, o objetivo geral deste artigo é analisar a distribuição da RDPC oriunda do trabalho de 2001 a 2015 com base nos dados da PNAD. Especificamente, foi analisado o grau de progressividade das parcelas do trabalho e a decomposição da variação no índice de Gini pelo efeito-composição e efeito-concentração. O período de análise foi o de maior queda histórica da desigualdade de renda no Brasil. Além disso, 2015 foi o último ano da PNAD anual, que foi substituída pela PNAD contínua, existente desde 2012, porém sem estreito vínculo metodológico com a PNAD anual, não permitindo, portanto, a junção das duas para efeito de estudos.

Este artigo está dividido em cinco seções. Na introdução buscou-se mostrar a relevância da renda do trabalho e das mudanças no mercado de trabalho para a desigualdade de renda. Na seção 2 apresentam-se os determinantes da desigualdade de renda do trabalho. Na seção 3 apresentam-se a base de dados e a metodologia referentes às medidas de desigualdade. Na seção 4 são apresentados os resultados e discussões. O artigo encerra-se com a conclusão.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Os principais determinantes das parcelas da renda do trabalho

A seguir são expostos os aspectos teóricos e empíricos dos determinantes da desigualdade de renda do trabalho (relacionados aos diferenciais em educação e à segmentação no mercado de trabalho). Os aspectos referentes à desigualdade de renda não proveniente do trabalho não fazem parte do escopo desse artigo, entretanto, a renda do trabalho é analisada em termos da decomposição da renda domiciliar *per capita* total.

Os determinantes da desigualdade de renda são os fatores que levam uma pessoa, um domicílio ou uma família, por exemplo, a ter renda diferente de outra(o). Em geral, vários são esses fatores, todavia, considerando que grande parcela da renda provém do trabalho, é possível que parte da desigualdade de renda esteja relacionada ao funcionamento do mercado de trabalho. Estimou-se que, se os trabalhadores recebessem a mesma remuneração, isso excluiria cerca de 60% da desigualdade em renda familiar *per capita*. No Brasil, a desigualdade da renda do trabalho declinou após 1995 e caiu ainda mais entre 2001 e 2004, o que explica cerca de 50% da queda da desigualdade de renda entre as famílias no período (HERRÁN, 2005; HOFFMANN, 2006b).

O mercado de trabalho é, ao mesmo tempo, revelador e gerador de desigualdades, uma vez que isso ocorre simultaneamente nesse campo. Para facilitar o entendimento desses aspectos, inicialmente, o foco deste artigo serão os principais fatores que revelam desigualdade no mercado de trabalho e que estão relacionados aos diferenciais em educação: heterogeneidade em capital humano, acesso ao trabalho, mobilidade intergeracional e experiência.

Há desigualdade revelada por meio da heterogeneidade em capital humano que se traduz em desigualdade de rendimentos. Assume-se que a renda do trabalho das famílias é determinada principalmente pelos anos de estudo. A maior igualdade de renda pode ser alcançada por meio do acesso mais equitativo ao capital humano para que se reduzam as diferenças de remuneração entre trabalhadores com produtividade semelhante. No Brasil, demonstra-se que, desde os anos 1970 até 2013, quase metade da desigualdade em remuneração do trabalho está relacionada às diferenças em capital humano entre trabalhadores e, em especial, relacionado às reduções nos diferenciais de remuneração por nível educacional (MENEZES-FILHO; FERNANDES; PICCHETTI, 2006; BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007; FOGUEL; AZEVEDO, 2007; PEREIRA; VELOSO; BINGWEN, 2013; MENEZES-FILHO; OLIVEIRA, 2014).

Quanto maior for o acesso ao trabalho entre os relativamente mais pobres, espera-se que menor seja a desigualdade de renda. No Brasil, estimou-se que aproximadamente 5% da

desigualdade de renda entre famílias é efeito do acesso desigual ao mercado de trabalho. Entre 2001 e 2004, os indicadores de acesso ao mercado de trabalho contribuíram apenas com 3% para a redução da desigualdade, dado que os postos de trabalho gerados foram ocupados por trabalhadores em famílias em que havia outras pessoas ocupadas (HERRÁN, 2005).

Estudos mostram também que a relação entre o nível educacional e a mobilidade intergeracional pode contribuir de maneira significativa para a explicação da desigualdade de rendimentos. Afirma-se que no Brasil as famílias pobres têm pais menos escolarizados. Assim, ressalta-se a importância da educação para as gerações futuras, uma vez que os filhos também poderiam ter menos tempo de escolarização, provocando um mecanismo de transmissão intergeracional de pobreza, dado que uma pessoa de baixa renda e com pouca escolaridade estaria menos propensa a investir em educação. Esse raciocínio se aplica também para famílias de baixa renda, pois estariam menos dispostas a investir na escolaridade dos filhos (CORRÊA; HOFFMANN, 1997; BARROS, 2001; BECKER et al., 2018).

Em suma, a escolaridade contribuiu significativamente para a desigualdade de renda do trabalho no Brasil, conforme estudos desde a década de 1980. Entre 2001 e 2004, por exemplo, cerca de 40% da desigualdade de renda entre famílias deveu-se à remuneração desigual revelada no mercado de trabalho: as diferenças em anos de escolaridade entre os trabalhadores, 30%; e as diferenças de experiência, 10% (REIS; BARROS, 1991; FERREIRA; LEITE; LITCHFIELD, 2006; BARROS; FRANCO; MENDONÇA, 2007).

Inicialmente foram apresentados alguns aspectos da desigualdade revelada. O restante deste tópico tratará da desigualdade gerada no mercado de trabalho. As principais formas de segmentação no mercado de trabalho brasileiro são: discriminação (por exemplo, sexo e/ou cor), segmentação espacial e segmentação formal-informal. No Brasil, em 2002, as formas de segmentação do mercado de trabalho explicaram 15% da desigualdade da renda total e 24% da desigualdade de renda do trabalho (HERRÁN, 2005).

Há discriminação salarial quando trabalhadores, com a mesma produtividade, ocupação e que atuam no mesmo segmento produtivo, são remunerados de forma diferenciada. Ainda que a discriminação seja uma manifestação injusta da desigualdade, a importância quantitativa desde a década de 1990 até o início dos anos 2000 era de apenas 5% da desigualdade entre trabalhadores e um percentual insignificante da desigualdade entre famílias (BARROS; MENDONÇA, 1993, 1996; HERRÁN, 2005).

Melo e Monte (2014) analisaram a discriminação por sexo no período de 2004 a 2012 e verificaram que houve diminuição da desigualdade das rendas provenientes do trabalho do homem e aumento da parcela da renda do trabalho da mulher e da parcela do Programa Bolsa Família, o que contribuiu para a queda da desigualdade.

Jesus (2016) analisou a diferença do rendimento médio entre brancos e negros nos anos de 1995 a 2013, tanto pela decomposição de Oaxaca-Blinder como por meio de regressões, e verificou que a diferença permaneceu estável e persistiu entre e dentro os grupos. O autor ressalta que, em 2013, a diferença entre os níveis de escolaridade média dos grupos foi o principal determinante das distintas remunerações, 39,1%, enquanto a distribuição geográfica e por ocupação responderam por 21,3% e 9,8%, respectivamente.

A segmentação espacial refere-se aos diferenciais de remuneração entre Unidades Federativas, regiões, espaço rural/urbano, capital/interior e são, teoricamente, uma fonte de explicação para a desigualdade de renda. Almeida-Gabriel (2014) avaliou o comportamento de 10 parcelas da distribuição da RDPC, por grandes regiões no Brasil, com destaque para a Região Norte no período de 2004 a 2012; observou que havia heterogeneidade nas medidas

de desigualdade tanto nos estados do Norte como nas outras regiões do Brasil. Destacou-se a regressividade da parcela da renda dos militares e funcionários públicos e a progressividade da parcela “outros rendimentos”, que incluem as transferências do governo e foram responsáveis por 56,7% da variação do índice de Gini na Região Norte no período analisado.

Em relação às diferenças de rendimentos entre homens e mulheres na área rural do Brasil, evidencia-se que o marco legal de 1988 foi importante para que a aposentadoria por idade rural para mulheres, entre 2002 e 2009, diminuísse as discrepâncias entre os sexos, mas mostra-se que o trabalho rural feminino ainda é desvalorizado em razão de assimetrias de gênero (SOUZA; STADUTO; KRETER, 2017).

A segmentação formal-informal é uma das formas de distinção mais evidentes no mercado de trabalho do Brasil e ocorre quando há diferencial de rendimentos entre trabalhadores formais e informais. Araújo e Lombardi (2013), focalizando o ano de 2009, verificaram que o grau de escolaridade era maior no setor formal e entre as mulheres. Analisando o indicador rendimento médio do trabalho por hora, constatou-se que os trabalhos formais pagam melhor que os informais: 33% a mais por hora. Entretanto, tanto no setor formal como no informal, os homens ganham mais que as mulheres: 10,6% e 11,7%, respectivamente. Finalmente conclui-se que, independentemente da escolaridade e do segmento no mercado de trabalho, os homens brancos ganham mais, seguidos dos homens negros, das mulheres brancas e das mulheres negras.

Vale ressaltar que foram encontrados poucos estudos recentes que utilizaram a mesma metodologia proposta neste artigo e analisaram a desigualdade de renda no Brasil para comparar com os resultados desta pesquisa, por exemplo, Ferreira (2006), Almeida-Gabriel (2014) e Hoffmann (2014, 2016 e 2017), mas com abordagens distintas do enfoque na renda do trabalho. Entretanto, considerando a importância dos determinantes da desigualdade de renda revelada e gerada no mercado de trabalho, alguns aspectos desse mercado serão abordados a seguir para buscar explicar a desigualdade de renda no Brasil.

3. METODOLOGIA

3.1 Base de dados

A base de dados utilizada advém de informações da PNAD, no período de 2001 a 2015. A PNAD é a principal fonte de informação de renda domiciliar *per capita* no Brasil e é reconhecida como uma fonte confiável de informações (PNUD, 2005; IBGE, 2001-2015).

Neste artigo, foram analisados apenas os domicílios particulares permanentes com declaração da renda domiciliar, excluindo-se os domicílios com rendimentos não declarados. Ademais, desconsideraram-se os rendimentos do Norte rural da antiga Região Norte, pois esses dados passaram a existir apenas a partir de 2004. Para analisar os rendimentos em termos reais, os valores da RDPC foram deflacionados, utilizando-se da média geométrica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de setembro e outubro, e colocados na mesma unidade monetária de 2015.

3.2 Medidas de desigualdade

Segundo Hoffmann (1998, 2006c), com base em uma poligonal, denominada “curva de Lorenz”, a área compreendida entre a curva de Lorenz e o eixo das abscissas será indicada por β .

O índice de Gini (G) é definido como o quociente entre a área de desigualdade α e a área do triângulo ABC. Verifica-se que a área β pode ser obtida somando a área de n trapézios, desde que se considere o triângulo retângulo com um dos vértices na origem dos eixos e catetos iguais a $\frac{1}{n}$ e Φ_1 como um trapézio cuja base menor é igual a zero. A área S_i , do i -ésimo trapézio, pode ser calculada por

$$S_i = \frac{1}{2n} (\Phi_i + \Phi_{i-1}). \quad (1)$$

A função a ser calculada do coeficiente de Gini é

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1}). \quad (2)$$

Segundo Hoffmann (2004), obtendo uma nova fórmula de cálculo do índice de Gini e seguindo um procedimento análogo ao utilizado para deduzir a expressão (2), pode-se dividir a área de desigualdade α em trapézios com altura $\frac{1}{n}$.

O índice de Mehran pode ser definido como

$$M = \frac{6}{n} \sum_{i=1}^{n-1} (1 - p_i)(p_i - \Phi_i). \quad (3)$$

O índice de Piesch pode ser definido como

$$P = \frac{3}{n} \sum_{i=1}^{n-1} p_i(p_i - \Phi_i). \quad (4)$$

Uma abordagem da decomposição do coeficiente de Gini foi apresentada no trabalho de Pyatt, Chen e Fei (1980), e a decomposição estática do índice de Gini conforme parcelas da renda é baseado em Hoffmann (2009), conforme segue.

Considere-se que a renda x_i é formada por k parcelas, de maneira que

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{hi} \quad (5)$$

em que x_{hi} representa o valor da h -ésima parcela da renda da i -ésima pessoa.

A média da h -ésima parcela é

$$\mu_h = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_{hi} \quad (6)$$

e a proporção acumulada do total dessa parcela até a i -ésima pessoa na série (1) é

$$\Phi_{hi} = \frac{1}{n\mu_h} \sum_{j=1}^i x_{hj} \quad (7)$$

De maneira análoga à definição da curva de Lorenz, denomina-se curva de concentração da h -ésima parcela a curva que mostra como Φ_{hi} varia em função de p_i .

Admitindo que $x_{hi} \geq 0$ e sendo β_h a área entre a curva de concentração de x_{hi} e o eixo das abscissas (P_i), a respectiva razão de concentração é definida como

$$C_h = 1 - 2\beta \quad (8)$$

A participação da h -ésima parcela na renda total é

$$\phi_h = \frac{\sum_{i=1}^n x_{hi}}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (9)$$

Como $\phi_h > 0$, o sinal de $G - C_h$ determina se a parcela contribui para reduzir ou aumentar o valor do índice de Gini. Se $C_h < G$, a parcela x_{hi} está contribuindo para reduzir o índice de Gini. Se $C_h > G$, a parcela x_{hi} está contribuindo para aumentar o índice de Gini.

Para uma parcela $x_{hi} \geq 0$ da renda x_i , define-se a medida de progressividade de Lerman-Yitzhaki como

$$\pi_h = G - C_h \quad (10)$$

A seguir é deduzida a expressão da decomposição dinâmica do índice de Gini com base em Hoffmann (2006b) e Soares (2006). O valor inicial do índice é dado por

$$G_1 = \sum_{h=1}^k \phi_{1h} C_{1h} \quad (11)$$

Mantendo a divisão da renda nas mesmas parcelas, no ano final tem-se

$$G_2 = \sum_{h=1}^k \phi_{2h} C_{2h} \quad (12)$$

Assim, a variação no índice de Gini entre esses dois anos é

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^k (\phi_{2h} C_{2h} - \phi_{1h} C_{1h}) \quad (13)$$

Somando e subtraindo $\phi_{1h} C_{2h}$ e $\phi_{2h} C_{1h}$ dentro da expressão entre parênteses em (13) e fatorando, obtêm-se duas maneiras possíveis de decompor G :

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_h^* \Delta \phi_h + \phi_h^* \Delta C_h) \quad (14)$$

com

$$C_h^* = \frac{1}{2} (C_{1h} + C_{2h}) \quad (15)$$

e

$$\phi_h^* = \frac{1}{2} (\phi_{1h} + \phi_{2h}) \quad (16)$$

A contribuição total da h -ésima parcela do rendimento para essa mudança no índice de Gini é

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*) \Delta \phi_h + \phi_h^* \Delta C_h \quad (17)$$

e a respectiva contribuição percentual é

$$s_h = \frac{100}{\Delta G} [(C_h^* - G^*)\Delta\phi_h + \phi_h^*\Delta C_h]. \quad (18)$$

Por meio das expressões (17) e (18) pode-se distinguir um efeito associado à mudança na composição do rendimento, denominado *efeito-composição*, e um efeito associado à mudança nas razões de concentração, o *efeito-concentração*.

O efeito-composição da h -ésima parcela como percentagem da mudança no índice de Gini é

$$s_{\phi_h} = \frac{100}{\Delta G} (C_h^* - G^*)\Delta\phi_h. \quad (19)$$

O efeito-concentração da h -ésima parcela como percentagem da mudança no índice de Gini é

$$s_{C_h} = \frac{100}{\Delta G} \phi_h^*\Delta C_h. \quad (20)$$

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que, em geral, qualquer que seja o índice utilizado, os dados da Tabela 1 mostram que a desigualdade da distribuição da RDPC caiu continuamente entre 2001 e 2015. Esses dados foram ao encontro dos resultados de Almeida-Gabriel (2014), Hoffmann (2014, 2016 e 2017) e do IPEA (s.d.).

TABELA 1 – ÍNDICES DE GINI, MEHRAN E PIESCH DA RDPC PARA O BRASIL, 2001-2015

Ano	Índice de Gini			Índice de Mehran			Índice de Piesch		
	Valor	Var. %	% Acumulado	Valor	Var. %	% Acumulado	Valor	Var. %	% Acumulado
2001	0,5935	-	-	0,7256	-	-	0,5275	-	-
2002	0,5873	-1,04	-1,04	0,7181	-1,03	-1,03	0,5219	-1,06	-1,06
2003	0,5810	-1,07	-2,11	0,7133	-0,67	-1,70	0,5148	-1,36	-2,41
2004	0,5689	-2,08	-4,14	0,7003	-1,82	-3,49	0,5032	-2,25	-4,61
2005	0,5663	-0,46	-4,58	0,6966	-0,53	-4,00	0,5011	-0,42	-5,00
2006	0,5595	-1,20	-5,73	0,6896	-1,00	-4,96	0,4945	-1,32	-6,26
2007	0,5520	-1,34	-6,99	0,6841	-0,80	-5,72	0,4859	-1,74	-7,89
2008	0,5427	-1,68	-8,56	0,6741	-1,46	-7,10	0,4770	-1,83	-9,57
2009	0,5388	-0,72	-9,22	0,6702	-0,58	-7,64	0,4731	-0,82	-10,31
2011	0,5272	-2,15	-11,17	0,6586	-1,73	-9,23	0,4614	-2,47	-12,53
2012	0,5243	-0,55	-11,66	0,6538	-0,73	-9,90	0,4595	-0,41	-12,89
2013	0,5229	-0,27	-11,90	0,6540	0,03	-9,87	0,4574	-0,46	-13,29
2014	0,5135	-1,80	-13,48	0,6424	-1,77	-11,47	0,4491	-1,81	-14,86
2015	0,5128	-0,14	-13,60	0,6428	0,06	-11,41	0,4478	-0,29	-15,11

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do IBGE (2001-2015).

A Tabela 1 mostra que, segundo a medida de desigualdade mais utilizada, que é o índice de Gini, a desigualdade de RDPC acumulou, em 2015, queda de 13,60% em relação ao ano de 2001. O índice caiu pouco acima de 2% apenas em 2004 e 2011. Em seis dos 14 anos analisados, a queda foi superior a 1% e, em cinco deles, foi inferior a 1%, sendo de apenas 0,27% em 2013 e 0,14% em 2015. Considerando que o índice de Mehran é mais sensível na cauda esquerda e o índice de Piesch é mais sensível na cauda direita da distribuição em relação ao índice de Gini, naturalmente os valores desses índices são ligeiramente maiores e menores que o índice de Gini, respectivamente.

Portanto, os dados indicam que houve redução na desigualdade de renda no Brasil, que caiu apenas cerca de 1% ao ano no período analisado em oposição às oscilações de um ano para outro, que foram relativamente grandes. Isso indica que a queda de fato foi contínua, mas não foi estável e não teve alto impacto para reduzir a extrema desigualdade de renda no Brasil. De acordo com Pinto (2017), em 2004, 80% da população mais pobre se apropriava de 38,3% da renda, ao passo que os 20% mais ricos se apropriavam de 61,7% da renda. Em 2015, 80% da população mais pobre se apropriava de 43,4% da renda, enquanto os 20% mais ricos de apropriavam de 56,6% da renda. Os dados deixam claro que a renda estava extremamente concentrada entre os mais ricos. Por exemplo, em 2004, a renda dos 10% mais ricos era cerca de nove vezes superior à renda dos 50% mais pobres e, em 2015, sete vezes superior.

Conforme se discutiu na metodologia, mudanças no índice de Gini dependem de dois fatores: a participação de determinada parcela da renda na RDPC e o grau de progressividade (observável pela razão de concentração da parcela da renda). Isso será analisado a seguir com foco nas parcelas da renda do trabalho, quais sejam: EMP, PUB, PAT e AUT. Com base nessas duas medidas é possível encontrar a participação dessas parcelas na formação do índice de Gini, que também será analisado. Por fim, analisa-se o quanto da variação do índice, entre 2001 e 2015, está associado ao efeito-composição e ao efeito-concentração.

A Tabela 2 apresenta a participação percentual das parcelas da renda do trabalho (EMP, PUB, AUT e PAT) na formação da RDPC. Por meio dela, percebe-se que a renda proveniente do trabalho foi responsável, em média, por cerca de 76,67% de toda RDPC, sendo que o percentual restante até os 100% corresponde à renda não proveniente do trabalho (que não faz parte do enfoque deste artigo).

TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PARCELAS DA RENDA DO TRABALHO NA FORMAÇÃO DA RDPC, 2001-2015

Ano	Renda do Trabalho				Total
	EMP	PUB	AUT	PAT	
2001	39,74	9,96	16,45	11,73	77,88
2002	39,78	9,94	15,75	11,90	77,37
2003	39,16	10,02	15,82	11,66	76,66
2004	39,78	10,15	15,20	11,20	76,33
2005	40,15	9,87	14,56	11,31	75,89
2006	39,29	10,68	13,99	11,94	75,90
2007	40,53	10,90	15,44	10,08	76,95
2008	41,19	10,91	13,49	10,94	76,53
2009	40,88	11,29	13,36	10,65	76,18

Ano	Renda do Trabalho				
	EMP	PUB	AUT	PAT	Total
2011	42,87	10,92	15,25	8,31	77,35
2012	42,14	10,56	15,02	9,29	77,01
2013	42,47	10,78	14,47	9,51	77,23
2014	41,85	10,72	15,01	9,10	76,68
2015	40,85	11,46	14,89	8,28	75,48

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2001-2015).

Ainda de acordo com a Tabela 2, percebe-se que a parcela proveniente da renda dos trabalhadores do setor privado e a de funcionários públicos e militares aumentaram, enquanto a renda proveniente das demais parcelas da renda do trabalho diminuiu. Todavia, as oscilações existentes não configuram clara tendência de aumento ou redução de suas respectivas participações na formação da RDPC. Em média, entre 2001 e 2015, a participação percentual das parcelas da renda do trabalho na RDPC foi: EMP (40,76%), PUB (10,58%), AUT (14,91%) e PAT (10,42%). Isso indica que grande parte da desigualdade de renda é revelada e/ou gerada no mercado de trabalho, conforme se apresentou na revisão de literatura.

A Tabela 3, a seguir, mostra o grau de progressividade das parcelas da renda do trabalho pelo índice de Gini. É importante destacar que as parcelas progressivas são as que contribuem para diminuir a desigualdade de renda, e as parcelas regressivas, o inverso. As parcelas EMP e AUT são progressivas, porém, ao longo do período analisado, o grau de progressividade de EMP, parcela que tem maior participação percentual na RDPC, permaneceu estável e atingiu no máximo 0,1069. Portanto, essa parcela contribuiu para a queda da desigualdade, só que relativamente pouco. Isso pode estar relacionado à alta heterogeneidade de qualificação e a discriminação dos empregados no mercado de trabalho brasileiro. A progressividade de AUT variou significativamente e chegou a 0,0131, em 2012, por exemplo, e em geral caiu, passando de 0,0704 em 2001, para 0,0416 em 2015. Assim sendo, essa parcela também contribuiu ainda menos que a EMP para a queda desigualdade de renda e ela pode ainda se tornar regressiva, caso a queda do grau de progressividade se acentue. Por outro lado, tanto PUB como PAT são parcelas regressivas. A regressividade de PAT foi mais acentuada que a de PUB, mas ambas se tornaram ainda mais regressivas entre 2001 e 2015, contribuindo para aumentar, ainda mais, a desigualdade de renda. Esses resultados convergem com aqueles encontrados por Hoffmann (2003, 2013 e 2017), Ferreira (2006) e Almeida-Gabriel (2014).

Assim sendo, ainda que a participação percentual da renda do trabalho na RDPC seja elevada, apenas duas de suas quatro parcelas contribuem relativamente pouco para diminuir a desigualdade de renda. Assim, pode-se inferir que o mercado de trabalho no Brasil, de fato, é um grande revelador e/ou gerador de desigualdade de renda, assim como destaca a literatura: Barros e Mendonça (1995); Barros, Franco e Mendonça (2007); Barros et al., (2010); Araújo e Lombardi (2013); Melo e Monte (2014); Zylberstajn (2015); Jesus (2016); Souza, Staduto e Kreter (2017) e Ribeiro e Machado (2018).

TABELA 3 - GRAU DE PROGRESSIVIDADE DAS PARCELAS DA RENDA DO TRABALHO PELO ÍNDICE DE GINI, 2001-2015

Ano	Renda do Trabalho			
	EMP	PUB	AUT	PAT
2001	0,0949	-0,1453	0,0704	-0,2665
2002	0,0922	-0,1540	0,0861	-0,2692
2003	0,0968	-0,1524	0,0768	-0,2789
2004	0,0996	-0,1644	0,0695	-0,2863
2005	0,0967	-0,1695	0,0801	-0,2868
2006	0,1069	-0,1863	0,0738	-0,2968
2007	0,1025	-0,1918	0,0361	-0,2994
2008	0,1030	-0,1976	0,0661	-0,2941
2009	0,1042	-0,2068	0,0654	-0,2974
2011	0,0883	-0,2188	0,0233	-0,3232
2012	0,0946	-0,2059	0,0131	-0,3285
2013	0,0928	-0,2096	0,0203	-0,3341
2014	0,0927	-0,2235	0,0193	-0,3311
2015	0,0854	-0,2282	0,0416	-0,3223

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2001-2015).

A Tabela 4 mostra a participação percentual das parcelas da renda do trabalho (EMP, PUB, AUT e PAT) no índice de Gini. Elas, em conjunto, foram responsáveis, em média, por 77,47% do índice de Gini, sendo que o percentual restante, até os 100%, corresponde à renda não proveniente do trabalho. Quando da análise individual, percebe-se que a parcela EMP não só cresceu, como é a que tem maior participação na formação do índice de Gini; já a participação de AUT na formação do índice de Gini caiu, mas ambas são pouco progressivas. A parcela PUB aumentou e a parcela PAT diminuiu sua participação na formação do índice de Gini; ambas são parcelas regressivas. Em média, entre 2001 e 2015, a participação dessas parcelas na formação do índice de Gini foi: EMP (33,59%), PUB (14,30%), AUT (13,49%) e PAT (16,09%). Portanto, essas quatro parcelas podem ter grande influência na redução da desigualdade de renda se elas se tornarem mais progressivas ao longo do tempo.

TABELA 4 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PARCELAS DA RENDA DO TRABALHO NO ÍNDICE DE GINI, 2001-2015

Ano	Renda do Trabalho				Total
	EMP	PUB	AUT	PAT	
2001	33,39	12,40	14,50	17,00	77,28
2002	33,53	12,55	13,44	17,35	76,88
2003	32,64	12,65	13,73	17,26	76,27
2004	32,82	13,08	13,34	16,84	76,08
2005	33,29	12,82	12,50	17,04	75,66

Ano	Renda do Trabalho				
	EMP	PUB	AUT	PAT	Total
2006	31,78	14,24	12,14	18,27	76,44
2007	33,00	14,69	14,43	15,55	77,67
2008	33,37	14,88	11,85	16,87	76,97
2009	32,97	15,62	11,74	16,53	76,86
2011	35,69	15,45	14,58	13,40	79,12
2012	34,54	14,71	14,64	15,11	79,00
2013	34,93	15,10	13,91	15,59	79,53
2014	34,29	15,39	14,45	14,97	79,09
2015	34,05	16,56	13,68	13,48	77,77

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2001-2015).

Diante do exposto, as parcelas da renda do trabalho, apesar de terem grande participação relativa na formação da RDPC, são pouco progressivas ou regressivas. Conseqüentemente, sua participação na formação do índice de Gini também é relativamente alta, porém, considerando a baixa qualificação dos empregados e os diferenciais de rendimentos por nível educacional, como mostrou a literatura, e a elevada discriminação e segmentação no mercado de trabalho brasileiro descrita por Barros et al., (2010), Almeida-Gabriel (2014), Zylberstajn (2015), Jesus (2016), Ribeiro e Machado (2018); as parcelas da renda do trabalho têm grande influência na desigualdade de renda, caso aumente a escolaridade e o retorno da educação dos trabalhadores e diminua a segmentação no mercado de trabalho ao longo do tempo.

Finalmente, analisa-se a decomposição da variação do índice de Gini pelo efeito-composição (mudanças na participação da parcela na RDPC) e pelo efeito-concentração (mudanças na razão de concentração da parcela da RDPC). Foi analisado o intervalo 2001/2015, por abranger todo o período analisado nesse estudo. Considere que houve queda de 13,60% do índice de Gini nesse intervalo.

Segundo a Tabela 5, as parcelas da renda do trabalho foram responsáveis por 57,64% da queda da desigualdade de renda, sendo que o efeito-composição foi de 48,40% e o efeito-concentração foi de 9,24%. Observa-se que as parcelas EMP e AUT, por terem maior participação relativa na formação da RDPC, contribuíram significativamente para a queda da desigualdade. Como a PAT reduziu sua participação da formação da RDPC, seu efeito-concentração foi maior, mesmo sendo uma parcela regressiva. Por outro lado, a PUB contribuiu para aumentar a desigualdade de renda tanto pelo efeito-composição como pelo efeito-concentração, pois o sinal negativo impediu que o índice de Gini diminuísse. No período 2001/2015, o efeito-composição total foi de 54,85% e o efeito-concentração total foi de 45,15%.

TABELA 5 – DECOMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE GINI (ΔG) PELO EFEITO-COMPOSIÇÃO E EFEITO-CONCENTRAÇÃO, 2001/2015

Parcelas RDPC Efeito composição (%)		Período 2001/2015 ($\Delta G = -0,0807$)		
		Efeito concen- tração (%)	Efeito total (%)	
Renda do trabalho	EMP	35,53	1,24	36,77
	PUB	-0,30	-3,47	-3,77
	AUT	10,08	-1,08	9,00
	PAT	3,08	12,55	15,63
	Subtotal	48,40	9,24	57,64
Renda não proveniente do trabalho	Subtotal	6,45	35,91	42,36
Total		54,85	45,15	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2001-2015).

Esses resultados foram coerentes com os valores encontrados por Almeida-Gabriel (2014) e Hoffmann (2017), porém esses autores analisaram períodos distintos do apresentado nesse estudo. Os dados mostram a relevância das parcelas da renda do trabalho para a queda da desigualdade de renda no período, entretanto, a alta participação dessas parcelas na RDPC foi mais significativa que o grau de progressividade. Portanto, se essas parcelas tornarem-se mais progressivas ao longo tempo, elas podem ter um impacto significativo para a queda da elevada desigualdade de renda no Brasil.

A seguir são expostos os resultados presentes na literatura que podem explicar o comportamento das medidas de desigualdade de acordo com a teoria econômica subjacente. A literatura mostra que cerca de metade da desigualdade de renda no Brasil se deveu à desigualdade educacional dos trabalhadores que pode gerar diferenciais de renda: Barros e Mendonça (1995); Menezes-Filho e Amaral (2009); Barros et al., (2010); Curi e Menezes-Filho (2009 e 2014); Vilela et al., (2017). Nesse sentido, o aumento dos anos de estudo pode ter sido um fator que contribuiu para diminuir a desigualdade de renda no Brasil. Barros et al., (2010) mostram que a desigualdade educacional gera desigualdade de renda quando o mercado de trabalho valoriza em graus diferentes a educação dos trabalhadores, sendo que trabalhadores com maior nível educacional têm maior remuneração que os trabalhadores com menor nível educacional.

De acordo com a Tabela 6, a média de anos de estudo da população maior de 25 anos de idade cresceu em todas as regiões brasileiras entre 2004 e 2015. A Região Nordeste teve a pior média nos dois períodos e também foi a região com maior desigualdade de renda. Por outro lado, as regiões Sudeste e Sul tiveram as maiores médias, mas os menores incrementos no período. Em geral, as médias são baixas, pois o Ensino Básico e Fundamental é de nove anos no Brasil. Os resultados da Tabela 6 também foram encontrados por Pinto (2017).

TABELA 6 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO MAIOR DE 25 ANOS DE IDADE POR REGIÃO BRASILEIRA, 2004/2015

Região brasileira	2004	2015
Centro-Oeste	6,6	8,4
Nordeste	4,9	6,6
Norte	5,8	7,4
Sudeste	7,1	8,6
Sul	6,8	8,2

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2001-2015).

Pinto (2017) argumenta que entre 2004 e 2015 o percentual de pessoas com Ensino Superior completo no Brasil passou de 8% para 14%. Em 2015, a Região Nordeste tinha o menor percentual de pessoas com Ensino Superior completo (8,3%), e a Região Sudeste, o maior percentual (16,3%). Para Menezes Filho e Oliveira (2014), a desigualdade de escolaridade é explicada pela baixa mobilidade de indivíduos com Ensino Médio para o Ensino Superior completo, pois o Brasil é um dos piores países em termos de conclusão de Ensino Médio, sendo que essa taxa é ainda menor entre os indivíduos de menor renda. Considerando esse aumento médio dos anos de estudo da população no Brasil, é interessante avaliar o retorno da educação.

De acordo com Barros et al., (2010) os incrementos nos anos de estudo dependem de como o mercado de trabalho valoriza a educação. Segundo Zylberstajn (2015), para o mercado de trabalho brasileiro como um todo, o retorno da educação caiu e, portanto, a educação tornou-se menos valorizada no período. Considerando que a média dos anos de estudo no Brasil é baixa e que o Ensino Superior não atinge 1/5 da população maior de 25 anos, tal fato pode estar relacionado à baixa qualidade da educação no Brasil, uma vez que trabalhadores que aprendem pouco também produzem pouco, e por isso, podem ser menos valorizados.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016), em 2015 o desempenho dos alunos de 15 anos no Brasil estava abaixo da média e entre os piores em relação a 72 países analisados. Apesar de ter havido melhoras nas pontuações em relação a exames anteriores, apenas incrementos nas notas de Matemática foram estatisticamente significativos, mas as pontuações continuaram baixas. Considerando que a maioria dos brasileiros não atinge o Ensino Superior e que aqueles que têm idade para cursar o Ensino Médio aprendem muito pouco, pode-se inferir que o mercado de trabalho irá valorizar mais aqueles relativamente mais qualificados, uma minoria, mantendo-se elevada a concentração da renda, principalmente entre os mais ricos.

Entretanto, a qualidade da educação no Brasil parece ser inferior até mesmo entre os relativamente ricos. Em 2015, entre os países da OCDE, o desempenho em Ciências de um aluno de nível socioeconômico mais elevado era, em média, 38 pontos maior do que de um aluno de nível socioeconômico menor. No Brasil, essa diferença era de 27 pontos ou quase um ano letivo. Ademais, no Brasil, menos de 1% dos jovens do sexo masculino e 0,5% do sexo feminino dos que estavam entre os alunos com rendimento mais elevado atingiram os melhores níveis de proficiência. Nos países da OCDE, essa proporção era de 8,9% e 6,5%, respectivamente (OCDE, 2016).

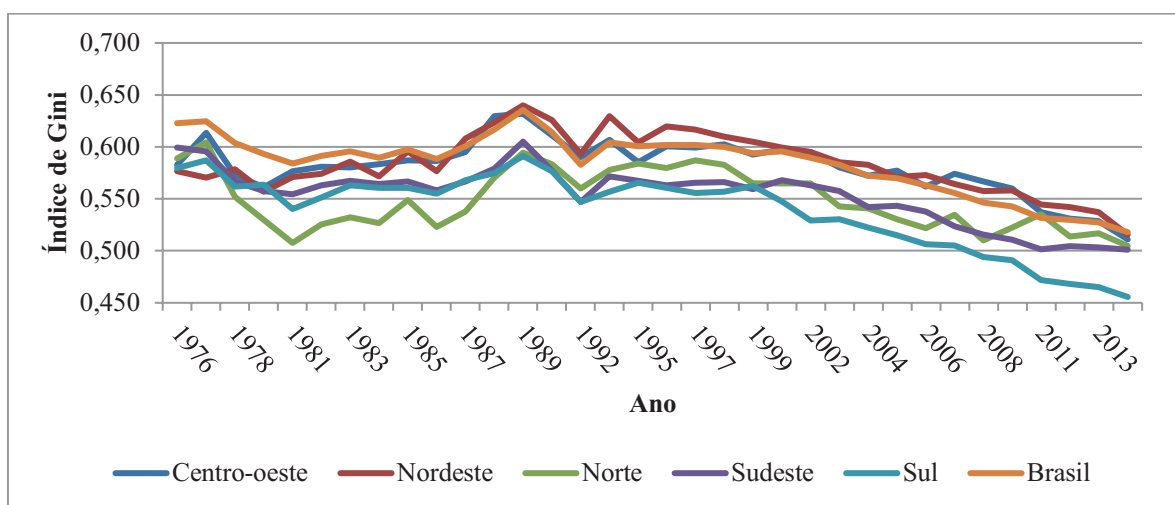
Ainda de acordo com o estudo, segundo a escala internacional de níveis socioeconômicos do exame, no Brasil, 43% dos alunos estavam entre os 20% mais desfavorecidos, enquanto a

média da OCDE era de 12%. No Brasil, uma pequena parcela de pais de alunos atingiu o Ensino Superior, uma vez que menos de 15% dos adultos de 35 a 44 anos de idade (idade aproximada dos pais de alunos que participaram do exame em 2015) tinham diploma universitário, uma taxa inferior à média de 37% dos países da OCDE. Dos 72 países que participaram da avaliação em 2015, o Brasil estava entre os dois com a menor proporção de adultos com Ensino Superior, a frente somente da Indonésia. Isso significa que se as pessoas tiverem oportunidades para estudar e a educação tiver boa qualidade, será possível reduzir a desigualdade de renda no Brasil ao longo do tempo.

Por fim, analisam-se as evidências relacionadas à segmentação formal-informal e espacial. Segundo Pereira, Veloso e Bingwen (2013), a queda na informalidade reduz a desigualdade de renda do trabalho à medida que diminui a discrepância entre a renda dos trabalhadores formais e dos informais. Zylberstajn (2015), analisando a taxa de formalidade para as Regiões Metropolitanas brasileiras de 2003 a 2014, mostra que a taxa de formalização no mercado de trabalho brasileiro passou de 57%, em 2003, para 70%, em 2014. Portanto, o aumento da formalidade associado ao aumento da escolaridade média da população pode ter contribuído para a queda da desigualdade de renda no período. No entanto, a taxa de formalidade cresceu de forma decrescente, estabilizando-se entre 2013 e 2014. Se é considerado que quase 1/3 dos empregados estavam trabalhando na informalidade em 2014, isso significa que a diminuição da desigualdade pela redução do número de trabalhadores informais pode ser significativa. Vale ressaltar, entretanto, que, segundo Perry et al., (2007) e Krein e Proni (2010), por exemplo, não tem sentido reduzir a informalidade rebaixando o patamar de proteção dos trabalhadores.

No que tange à segmentação espacial, de acordo com a Figura 1, entre 1976 e 2014 a desigualdade da RDPC foi distinta entre as regiões analisadas. Portanto, isso mostra a heterogeneidade da desigualdade no Brasil, que foi mais ou menos intensa em uma região ou período específico, porém, em geral, caiu entre 2001 e 2014. A heterogeneidade da desigualdade de renda no Brasil já foi discutida por Barros e Mendonça (1995), Hoffmann (2003, 2006a, 2014), Almeida-Gabriel e Ferreira (2009), Almeida-Gabriel (2014) e corrobora as evidências do IPEA (s.d.).

FIGURA 1 – COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE GINI DA RDPC POR REGIÃO BRASILEIRA, 1976-2014



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IPEA (s.d.).

Portanto, as medidas de desigualdade mostraram a importância da renda do trabalho na dinâmica da desigualdade de renda no Brasil. Além disso, demonstrou-se como a desigualdade é gerada e/ou revelada no mercado de trabalho. Por fim, as evidências mostraram a relevância da expansão educacional, da redução da informalidade sem penalizar os trabalhadores e da redução da segmentação espacial.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar a distribuição das parcelas da renda do trabalho no Brasil com enfoque no mercado de trabalho. A análise do comportamento dos índices de desigualdade da distribuição da RDPC mostrou que a desigualdade caiu continuamente entre 2001 e 2015, entretanto, as oscilações de um ano para o outro foram relativamente grandes e, considerando que no Brasil a desigualdade de renda é extremamente alta, essa queda é importante, porém, precisa ser maior. Mostrou-se que as parcelas da renda do trabalho foram responsáveis por cerca de 3/4 da RDPC total no período analisado e que as parcelas EMP e AUT são pouco progressivas. Assim, essas parcelas contribuíram para diminuir a desigualdade, porém, relativamente pouco. As parcelas PUB e PAT foram regressivas, contribuindo para aumentar a desigualdade de renda.

Verificou-se ainda que a participação das parcelas da renda do trabalho na formação do índice de Gini foi acima de 3/4 no período analisado. Finalmente, a decomposição do índice de Gini pelo efeito-composição e pelo efeito-concentração para o período 2001/2015 mostrou que as parcelas da renda do trabalho foram responsáveis por 57,64% da queda da desigualdade de renda, sendo que o efeito-composição foi significativamente maior que o efeito-concentração.

As evidências deste estudo sugerem que grande parte da desigualdade de renda é revelada e/ou gerada no mercado de trabalho, corroborando os estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Apesar de as parcelas da renda do trabalho terem grande participação relativa na formação da RDPC, elas são pouco progressivas ou regressivas. Sendo assim, sua participação na formação do índice de Gini também é relativamente alta. Entretanto, considerando que a baixa qualificação dos trabalhadores leva a altos diferenciais de rendimentos por nível educacional e, ainda, a elevada discriminação e segmentação no mercado de trabalho brasileiro, as parcelas da renda do trabalho têm grande influência na desigualdade de renda, se for aumentada a escolaridade dos trabalhadores por meio de seu retorno à escolarização, e for reduzida a segmentação no mercado de trabalho.

Este artigo limitou-se à análise da distribuição das parcelas da renda do trabalho. Assim, sugere-se que novos estudos atentem para a análise dos efeitos de políticas públicas para a melhora da qualidade da educação, do aumento real do salário mínimo e da inserção de grupos específicos no mercado de trabalho formal, bem como da influência que esses fatores podem ter sobre a desigualdade de renda. Abordagens sobre a tributação da riqueza e relacionadas à economia política podem ampliar as reflexões acerca da desigualdade social. Há também de se estudar as parcelas da renda não oriundas do trabalho. Dentre elas, a mais progressiva é proveniente de programas governamentais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-GABRIEL, Flávio Braga. **A recente evolução da distribuição da renda na região Norte do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

ALMEIDA-GABRIEL, Flávio Braga; FERREIRA, Carlos Roberto. Concentração de renda no Paraná: uma análise das aposentadorias e pensões entre 1988 e 2008. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 117, p. 79-104, 2009.

ARABAGE, Amanda C. **Essays in labor economics using Brazilian data**. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cad. Pesqui.**, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. **Produto Interno Bruto**: taxa de variação real ao ano. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 14 out. 2019.

BARROS, Ricardo Paes de. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, 834).

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. **Markets, the state and the dynamics of inequality: the case of Brazil**. New York: UNDP, 2010.

BARROS, Ricardo Paes de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Natan; ULYSSEA, Gabriel. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, p. 371-400, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 59, 1995. (Texto para Discussão, 377).

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Os determinantes da desigualdade no Brasil: a economia brasileira em perspectiva**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 2, p. 421-474, 1996.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil: perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 471-490, 1993.

BECKER, Gary S.; KOMINERS, Scott Duke; MURPHY, Kevin M.; SPENKUCH, Jörg L. A theory of intergenerational mobility. **Journal of Political Economy**, v. 126, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2652891>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CORRÊA, Angela M. C. Jorge; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de rendimentos na agricultura brasileira: uma análise regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 279-312, ago. 1997.

CURI, Andréa Zaitune; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. A relação entre educação pré-primária, salários, escolaridade e proficiência escolar no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 811-850, 2009.

CURI, Andréa Zaitune; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. The relationship between school performance and future wages in Brazil. **Economia**, v. 15, n. 3, p. 261-274, 2014.

FERREIRA, Carlos Roberto. Aposentadorias e distribuição da renda no Brasil: uma nota sobre o período 1981 a 2001. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 3, p. 247-260, 2006.

FERREIRA, Francisco H. G.; LEITE, Philippe G.; LITCHFIELD, Julie. The rise and fall of Brazilian inequality: 1981-2004. **Macroeconomic Dynamics**, v. 2, n. 2, p. 199-230, 2006.

FOGUEL, Miguel Nathan; AZEVEDO João Pedro. Uma decomposição da desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil: 1995-2005. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, p. 343-364, 2007.

HERRÁN, Carlos Alberto. **Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil**. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo. Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 77-88, 2006b.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar *per capita*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 213-231, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: o que mudou em 2015?** jan. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 28 abr. 2018.

HOFFMANN, Rodolfo. **A desigualdade relevante não caiu de 2014 a 2015**. Rio de Janeiro: IEPE/Casa das Garças, 2016. (Texto para discussão, 37).

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: USP, 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. Decomposition of Mehran and Piesch inequality measures by factor components and their application to the distribution of per capita household income in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 149-171, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006c.

HOFFMANN, Rodolfo. Inequality in Brazil: the contribution of pensions. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, n. 4, p. 755-773, 2003.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferência de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1. p. 55-81, 2006a.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e desigualdade, Brasil, 1995-2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, p. 207-216, 2013.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de renda e desigualdade, Brasil, 1995-2012: análise de 11 parcelas da renda domiciliar *per capita*. jan. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312602109_TRANSFERENCIAS_DE_RENDA_E_DESIGUALDADE_BRASIL_19952012_Analise_de_11_parcelas_da_renda_domiciliar_per_capita. Acesso em: 23 abr. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/index.php>. Acesso em: 14 jun. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Base de dados: Ipeadata, Coeficiente de Gini, s.d.. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 20 dez. 2018.

JESUS, Josimar Gonçalves de. **Diferenças de rendimento entre negros e brancos no Brasil: evolução e determinantes**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT- Brasil, 2010.

MELO, Maria Renata Bezerra; MONTE, Paulo Aguiar do. Rendimentos e desigualdade de renda no Brasil: 2004-2012. **Revista Econômica**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 115-131, 2014.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino; AMARAL, Luiz Felipe Leite Estanislau do. **A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar**. São Paulo: Insper, 2009.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino; FERNANDES Reynaldo; PICCHETTI Paulo. Rising human capital but constant inequality: the education composition effect in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 4, p. 200-250, dez. 2006.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino; OLIVEIRA, Alison Pablo de. **A contribuição da educação para a queda da desigualdade de renda per capita no Brasil**. São Paulo: Insper, 2014.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Programme for international student assessment (PISA)**. Results from Pisa 2015, Brasil note, 2016. Disponível em: www.oecd.org/pisa/. Acesso em: 10 jan. 2019.

PECORA, Alexandre Reggi; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. O papel da oferta e da demanda por qualificação na evolução do diferencial de salários por nível educacional no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 205-240, 2014.

PEREIRA, Lia Valls; VELOSO, Fernando; BINGWEN, Zheng. **Armadilha da renda média: visões do Brasil e da China**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PERRY, Guillermo; MALONEY, William F.; ARIAS, Omar S.; FAJNZYLBER, Pablo; MASON, Andrew D.; SAAVEDRA-CHADUVI, Jaime. **Informality, exit and exclusion**. Washington DC: The World Bank, Latin American and Caribbean Studies, 2007.

PINTO, Isabela Freire de Andrade. **Educação e desigualdade de renda no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human development report 2016**. Table 3 – Inequality-adjusted Human Development Index. Gini Coefficient. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/2016-report>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Human development report international cooperation at a crossroads: aid, trade and security in an unequal world**. Nova York: Pnud, 2005.

PYATT, Graham; CHEN, Chau-nan; FEI, John. The distribution of income by factor components. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 95, n. 3, p. 451-473, 1980.

REIS, José Guilherme de Almeida dos; BARROS, Ricardo Paes de. Wage inequality and the distribution of education: A study of the evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 36, p. 117-143, 1991.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; MACHADO, Weverthon. Rendimento do trabalho das esposas e tendências da desigualdade de renda no Brasil (1992-2014). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 103-135, 2018.

SALVATO, Marco Antônio; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gomes; DUARTE, Ângelo José Mont'Alverne. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. **Estudos Econômicos**, São Paulo, p. 753-791, 2010.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 83-115, 2006.

SOUZA, Edinéia Lopes da Cruz; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; KRETER, Ana Cecília. Previdência rural e mulher: uma análise interregional a partir da perspectiva de gênero. **Revista da ABET**, v. 16, n. 1, 2017.

VILELA, Lara; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino; TACHIBANA, Thiago Yudi; KOMATSU, Bruno Kawaoka. As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos ingressantes? **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 652-684, 2017.

ZYLBERSTAJN, Eduardo. **Três ensaios sobre o mercado de trabalho no Brasil**. Tese (Doutorado em Economia de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

Recebido em: 19/11/2019

Aceito para publicação em: 05/05/2021